

## **Ano XX nº 6090 – 09 de julho de 2019**

# **Só a mobilização popular pode barrar projeto que aniquila com o sonho da aposentadoria**

Com um forte lobby de banqueiros e grandes empresários, o governo corre para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 06/2019) da reforma da Previdência ainda hoje, dia 9 de julho, no plenário da Câmara dos Deputados.

A ideia da base governista e do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ) é aprovar o projeto em 1º e 2º turnos antes do recesso parlamentar, previsto para começar no dia 18 de julho.

O lobby patronal é tão pesado que as lideranças políticas estão trabalhando até nos finais de semana. Maia esteve no sábado com os deputados que apoiam a proposta e, no domingo, teve um encontro com o presidente da casa civil, Onix Lorenzoni.

Para ser aprovada no plenário da Câmara, a PEC da Previdência precisa obter, no mínimo, 308 votos, em dois turnos de votação, número correspondente a 60% dos 513 parlamentares da Casa. Segundo avaliação dos governistas, o projeto conta com o apoio de 247 deputados. Faltam mais 61 votos para chegar aos 308 necessários para o governo aniquilar com o sonho dos brasileiros à aposentadoria.

Entre no sítio <https://reajaagora.org.br/> e saiba como pressionar os parlamentares a não votarem a favor da PEC 06/2019, que muda as regras para a aposentadoria. A proposta levará os brasileiros a trabalhar muito mais para ter direito ao benefício.

Especialistas calculam que a maioria dos brasileiros, em média, vai se aposentar com 72 anos de idade. Para receber o teto são necessários 40 anos de contribuição. E a média dos valores dos proventos despencará em pelo menos 40%, já que não leva em consideração os maiores salários, como na regra atual, e sim a média de todos os contra-cheques, desde o primeiro emprego do trabalhador.



## **Presidente da Caixa será ouvido em audiência pública**

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, será ouvido na hoje (09/07), às 14h, em audiência pública, no Plenário 12, Anexo II da Câmara Federal, para prestar esclarecimentos sobre assuntos como a privatização das loterias da Caixa Econômica, a retirada da Caixa do Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a saída de 3,5 mil empregados Caixa por meio do Plano de Desligamento Voluntário (PDV).

Guimarães terá que explicar ainda sobre duas nomeações polêmicas, feitas por ele em cargos estratégicos do banco público: empregou seu personal trainer para o cargo de consultor da Presidência da Caixa, com salário aproximado de R\$ 30 mil, e contratou para a vice-presidência da Caixa de Recursos de Terceiros uma profissional sem as certificações necessárias para atuar no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apesar do estatuto da Caixa exigir que todos os dirigentes da área sejam certificados.

O atual presidente do banco também deverá explicar aos deputados seu cronograma da abertura capital (privatização) das áreas mais rentáveis e estratégicas dos bancos: seguros, cartões, gestão de terceiros e loterias. Outra medida que causou polêmica foi a transferência dos recursos tomados ao Tesouro Nacional por meio do Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD).

As seis operações de IHCD contribuíram para a Caixa ampliar sua carteira de crédito durante a crise financeira, atuando para o desenvolvimento socioeconômico nacional e expandindo seu papel de principal agente das políticas públicas dirigidas à população de baixa renda.

Além disso, Guimarães dará explicações sobre a proposta de manobra contábil com a provisão extraordinária de até R\$ 7 bilhões para cobrir perdas esperadas com calotes na carteira de financiamento imobiliário e a desvalorização de imóveis retomados pelo banco.